

LITERATURA E INSTITUIÇÃO: CENÁRIOS DA RESPONSABILIDADE E DA HOSPITALIDADE

Maria das Graças Gomes Villa da SILVA³

- RESUMO: Neste ensaio, busca-se situar alguns momentos cruciais relacionados ao tema literatura e instituição com o objetivo de destacar efeitos e impasses, resultantes das transformações ocorridas no estudo da literatura institucionalizada, e de contribuir para promover a reflexão sobre tais modificações, enfatizando a necessidade de transformação e de discussão sobre essas alterações.
- PALAVRAS-CHAVE: Literatura; instituição; transformação; reflexão; hospitalidade; responsabilidade.

Ao se tratar do tema literatura e instituição, outros temas se revelam, demonstrando a dificuldade e a complexidade dessa questão, associada à teoria, crítica, filosofia, ensino, política, Estado, mercado e tecnologia. Por isso, tratarei de forma condensada as razões comumente apontadas para o impasse criado por essa complexidade, tentando levantar questões que trazem as vozes daqueles que se preocupam com o problema.

Não há qualquer pretensão de mostrar um panorama geral, o objetivo é, antes de tudo, situar alguns momentos cruciais, relacionados ao tema literatura e instituição, que levam à recapitulação daquilo que tem sido dito a respeito do tema, forma de destacar os efeitos e impasses resultantes das transformações observadas no estudo da literatura institucionalizada e promover a reflexão sobre elas. Em alguns momentos, com o intuito de mostrar questões esclarecedoras sobre os impasses visitados neste ensaio, faço referência a Derrida, sobretudo às suas obras *O olho da universidade* (1999), *Monolinguisism of the Other* (1998) e a Herman Rapaport, professor da Universidade de Southampton, autor, entre outras obras, de *Heidegger and Derrida* (2000), *The theory mess*:

³ Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – UNESP – 14800-901 – Araraquara - SP. E-mail: mgvs@horizon.com.br

Deconstruction in eclipse (2001) e *Later Derrida* (2003), obra a que recorro neste texto.

Há uma dificuldade ligada ao próprio conceito de “literatura”, que diz respeito à expressão livre da experiência humana, e à sua transmissão institucional ao longo dos séculos. A literatura, que institucionalmente é prestigiada no século XVIII, reforçada, no século XIX, sob a forma de história da literatura, com o fim de formar o indivíduo, o cidadão, que passa a cultivá-la como saber precioso, perde o prestígio cultural e social ao longo do século XX. Vários fatores contribuem para essa queda, provocando mal-estar e opiniões variadas entre estudiosos.

Uma das razões comumente mais apontada para esse impasse é que a literatura institucionalizada depende de critérios marcados pela escolha de determinada classe social sujeita à relação entre cultura e poder, cultura e prestígio. Eagleton afirma que Barthes, em *Le degré zéro de l'écriture* (1953), considera a literatura “uma instituição que (...) testemunha a divisão das línguas e a divisão das classes” (EAGLETON, 1983, p. 151).

Eagleton (1983) mostra que a literatura, sobretudo na Inglaterra, a partir da falência da religião em fins do século XIX, “passa a ser vista como o elemento capaz de carregar” a carga ideológica que a Igreja sustentava. Ela é institucionalizada para suplementar a educação das massas e nasce, não nas universidades, mas nos institutos, cursos profissionalizantes e de extensão. É “uma maneira de proporcionar uma educação ‘liberal’ barata aos que estavam fora dos círculos encantadores das escolas particulares e das universidades de Oxford e Cambridge” (p. 30). Posteriormente, a literatura surge como disciplina nas universidades inglesas, amparada pelo nacionalismo de guerra. Segundo Eagleton, constituía “ao mesmo tempo um consolo e uma reafirmação, um terreno familiar no qual os ingleses podiam se re-agrupar para explorar e para encontrar uma alternativa ao pesadelo da história” (p. 53).

Outra razão comumente destacada é o mercado. Este exerce uma pressão notável, já que torna as obras mercadorias que devem ser consumidas vorazmente, sem preocupação com a qualidade ou hierarquia. Nesse contexto, a literatura passa a ser vista como produto de qualidade, valor e utilidade duvidosos para a vida profissional.

Um terceiro elemento que amplia esse mal-estar, provocado pela perda de *status* da literatura, é o pós-modernismo que,

caracterizado por seu diálogo antagônico com o modernismo e abolição de critérios e hierarquias, leva à contestação do cânone. Tal contestação dificulta o trabalho da crítica e dos estudos literários, levando a impasses e divergências.

Para Perrone-Moisés (1998, p. 196), atribuir a contestação do cânone aos interesses imediatos de classes ou grupos significa “restringir enormemente as motivações dos escritores, críticos, professores e subestimar a função das obras literárias na sociedade”. Essa refutação canônica nasce dos efeitos negativos da “desconstrução” que, “proposta por Derrida como uma crítica atenta, minuciosa e reflexiva dos discursos logocêntricos”, acaba transplantada para os Estados Unidos como uma “demolição generalizada dos saberes institucionais anteriores e uma prescrição de posições politicamente correta, a partir das quais se condena o ‘cânone ocidental’” (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 197).

Segundo Perrone-Moisés (2000), a perda de *status* da literatura dá-se paulatinamente. No século XIX, as nações estão se formando e, por motivo das guerras, reforçam a noção de nacionalismo que passa a ser aplicada também ao ensino da literatura. Ocorre a separação curricular em literaturas nacionais e a introdução do ensino de línguas estrangeiras.

No século XX, os estudos literários passam a integrar os estudos de “comunicação e expressão” que buscam preparar os alunos para a “vida real” do mercado de trabalho. Entretanto, o estudo das literaturas nacionais, sob o impacto da globalização, torna-se artificial e anacrônico, enquanto os textos literários para melhorar o desempenho comunicativo e expressivo da vida diária revelam-se inadequados, pois outros textos podem ser empregados de forma mais eficiente para esse fim.

Perrone-Moisés (2000) considera que, nos anos 80, persiste a dúvida quanto ao valor da literatura e à melhor forma de ensiná-la, o que provoca crise nos departamentos literários das universidades, como o observado nos Estados Unidos que sofre a influência do pós-estruturalismo francês.

Nesse país, grupos variados, com base na crítica derridiana ao logocentrismo e na contestação de Foucault dos discursos de poder, desejam a “precedência e, disputando os destroços da velha literatura”, os utilizam a seu favor, resultando na “balcanização” dos estudos literários, submetidos aos mal-definidos “estudos culturais”, supostamente interdisciplinares (...) superficialmente informados

pelas ciências humanas, até a condenação e o abandono puro e simples do ‘literário’” (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 12).

Para Souza (2002, p. 83), impasses como esses às vezes resultam da resistência de alguns que não aceitam o fato de estarem “os estudos literários sujeitos a interpretações de ordem filosófica, social, histórica, psicanalítica ou política, em detrimento da análise dos princípios norteadores da literatura”. A pesquisadora destaca que o exercício interdisciplinar se dá a partir do estruturalismo, quando a teoria literária passa a adotar instrumental analítico que opera tanto com o teórico quanto com “o potencial imagético e narrativo de suas proposições” (p. 83).

A partir daí, há o rompimento dos limites dos campos disciplinares e o que passa a existir é a cooperação entre arte, literatura e teoria. Nesse processo, não ocorre o fim da teoria nem da arte, mas a *revitalização mútua*, sem idealizações e supremacias com troca dinâmica e permanente entre os discursos.

Perrone-Moisés (1973, p. 166) anuncia esse entrelaçamento, assinalando que a literatura e a crítica renascerão de forma diferenciada, pois a crítica e a literatura se fundirão na escritura “para aquela navegação primeira e arriscada, de que fala Derrida, referindo-se à escritura [...] e a crítica, como a literatura e a arte em geral, será, então, coisa do passado”.

Souza (2002, p.84) assinala que essa revitalização ocorreu porque “a função crítica da literatura é a de não constituir um lugar especificamente literário, mas de deslocar todos os lugares teóricos e literários”. Tal proposta de Derrida “é uma das maiores descobertas (...), transcorridos mais de trinta anos, capaz de movimentar o raciocínio interdisciplinar - derrubando conceitos fixos e verdades consagradas...”.

A pesquisadora pleiteia a ausência de um lugar fixo para o saber e considera ultrapassada a divisão entre a alta e a baixa literatura. Tal distinção pode propiciar “uma forma de poder de classe que, uma vez enfraquecida, mais se empenha no desejo de reativá-la” (SOUZA, 2002, p. 85). Segundo a autora, o contexto cultural atual é diferente daquele do passado e está marcado por outras forças, que atuam sobre o paradigma da tradição, mas que não deixam de estar vinculadas ao imaginário popular dos leitores.

Perrone-Moisés aceita o diálogo interdisciplinar e os deslocamentos teórico e literário, mas crê que a imagem cultural que está sendo formada no século 21 é aquela que obedece aos

interesses dos países hegemônicos: “um pluralismo, um pós-colonialismo e um multiculturalismo que sejam assimilados sem perturbações excessivas da ordem social e do todo-poderoso mercado. A preocupação com as diferenças visa, em última instância, a uma uniformização” (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 3).

Lima parece concordar com essa análise. Ao fazer um balanço sobre o comparativismo no Brasil, no 5º Congresso da Abralic, assinala que a literatura comparada, a partir de 1960, perde status e, entre 1970 e fins da década de 1980, torna-se o “campo privilegiado para a operacionalização de teorias” (LIMA, 1997, p. 83) que acabam sendo apontadas como produtoras de falso universalismo, provocando o movimento em direção ao vale-tudo, o que o leva a destacar a falta de reflexão por parte dos estudiosos da literatura e a concluir que “a crise do comparativismo é a crise mesma da literatura. Enquanto disciplinas acadêmicas, uma e outra têm sobrevivido apenas por inércia” (p. 84).

A necessidade de reflexão é compartilhada por Nascimento que lembra que, para Derrida, o texto literário é uma máquina de guerra discursiva. Nos textos da desconstrução, “a literatura (...) propicia formas e reflexões sobre a tradução do pensamento. Como instituição sem instituição, a literatura é portadora de uma marca que permite avaliar os mecanismos por meio dos quais as instituições supostamente democráticas ainda excluem a diferença” (NASCIMENTO, 2000, p. 31).

Nascimento crê que para uma verdadeira democracia no país será forçoso que, entre outros fatores, o ensino da literatura seja eficiente nos estabelecimentos públicos. Ressalta o papel da universidade que parece ser decisivo no que diz respeito à leitura dos textos, sejam eles canônicos ou não, sublimes ou não, “que tenham a força para fazer pensar, re-marcas e deslocar os dogmas da tradição”. Sublinha que “desconstruir” “não é demolir, mas abrir caminho a fim de que o radicalmente outro venha, num processo emancipatório incontável, pelas instituições tradicionais” (p. 31).

Derrida (2001, p. 16), em entrevista a Nascimento, assinala que “o pensamento sobre a literatura [tudo o que ela é em si mesma e que muito interessa ao filósofo] se torna um lance político considerável”. Lembra que a literatura sob forma de livro e como invenção é uma coisa européia, “uma instituição européia bastante jovem e nova. (...). Vale assinalar que a literatura é o direito de dizer

tudo. (...) É um lugar muito sensível para analisar e transformar o espaço político” (p. 16).

O filósofo, amparado no princípio de que a literatura pode *tudo dizer e tudo esconder*, une literatura à democracia vindoura (cf. *Donner la Mort*, 1992). Rapaport (2003), na esteira de Derrida (2000), retoma a noção de que a literatura nasce associada à liberdade, hospitalidade, responsabilidade, testemunho e paixão, afirmando que, para compreender tais significados, é preciso que se saiba que hospitalidade, por exemplo, está contida na conceituação da literatura, com o sentido que perdura, ainda hoje, ou seja, o direito de dar o testemunho sem cerceamentos.

Por meio dessa paixão, falar sem restrições significa hospedar tudo em seu interior, mas sob o domínio de lei paradoxal. Como a que prevalecia na Grécia Antiga, onde o forasteiro era recebido com hospitalidade irrestrita. Entretanto, para ser digno de tal honraria, era necessário que ele se identificasse como tal. A identificação colocava em ação a lei do direito à hospitalidade que, constituída no seu interior, rompia com a espontaneidade, indicando que todo estrangeiro tinha de ser recebido de forma hospitaleira.

Portanto, o espaço era aberto ao estrangeiro em termos de uma política que, abrindo suas asas hospitaleiramente para protegê-lo, também determinava quem devia ser oficialmente convidado a usufruir o abrigo cultural e a linguagem do lugar visitado. Para Derrida (2000), o mesmo ocorre com o literário, pois este é primeiro e antes de tudo regido por essa relação política que está contida na lei da hospitalidade. Para que a literatura fosse um efeito da hospitalidade, teve que ser legalizada e legitimada para conquistar o direito de falar abertamente. Isso ocorreu na Antiga Roma, onde parece ter se originado o conceito de literatura, tomado como a liberdade do testemunho. “De acordo com Derrida, fundamental para a literatura é a liberdade de dizer, aceitar, receber, sofrer e simular algo” (RAPAPORT, 2003, p. 33)⁴.

Os romanos consideravam essa liberdade, ligada a algo que está sempre para chegar, como promessa de uma certa abertura da língua, relacionada à própria lei da hospitalidade no texto literário. Isso porque “é a revelação de que dá abrigo sob sua asa ao estrangeiro [aquilo que] define o literário, segundo Derrida, em termos de um direito que é fundamental para a civilização européia”

⁴ Neste trabalho, todas as citações em português, referentes a Rapaport (2003), são traduções feitas por mim do original em inglês.

(RAPAPORT, 2003, p. 33 – colchetes nossos): o direito de a literatura ser ouvida.

Rapaport, retomando a aula inaugural de Roland Barthes em 1977, destaca a defesa feita por Barthes sobre o lugar da literatura na academia:

A literatura abriga conhecimentos variados (...) o histórico, o geográfico, o social (colonial), o tecnológico, o botânico e um conhecimento antropológico. (...) E, se por algum excesso inimaginável de socialismo ou barbarismo, todas as disciplinas devessem ser excluídas para dar lugar a apenas uma, a literatura deveria ser a disciplina a ser salva, por causa de todo o conhecimento e de todas as ciências que se encontram presentes no monumento literário . (RAPAPORT, 2003, p. 33)

E conclui que, para Barthes, essa é a hospitalidade que habita a literatura, e “nesse sentido(...) é única, dado que a sua diferença para com as demais disciplinas está na sua hospitalidade para com tudo aquilo que é estrangeiro – ou seja, para com aquilo que é com frequência considerado como exterior à literatura de per si” (p.33).

Rapaport considera paradoxal o fato de alguns pesquisadores defenderem que a literatura oficial, como canonizada na universidade, deve ser considerada monológica e, portanto, hostil para com os textos que não se enquadram nos critérios normativos de forma e conteúdo. Isso porque o termo “literário” passou a indicar “uma forma de supressão, digamos, do estudo dos textos populares que possuíam qualidades literárias difíceis de ser apreciadas, mas que continham mensagens morais que eram historicamente relevantes para nós” (p. 34).

Tal contradição levou aqueles engajados com a política da diversidade a aderir ao plurilingüismo, rejeitando a “idéia de que a literatura é um tipo particular de discurso com regras definidas, convenções e modos que caracterizam toda a expressão literária” (p.34). Isso ocorreu porque perceberam que a literatura é algo que não pode ser formalizado de forma exaustiva.

Rapaport, empregando a definição de Barthes, segundo a qual, a literatura é o discurso dos discursos, assinala que o estudo do extraliterário acaba sendo a priori apropriado como literário. Uma peculiaridade do texto literário que Derrida destaca como a maneira pela qual o literário “conserva os outros discursos que, estritamente

falando, são incapazes de ser apropriados pelo literário, mas que acabam, mesmo assim, sendo conservados sob essa rubrica” (p. 35). No jogo entre monolingüismo e plurilingüismo há algo muito mais complexo que o mero jogo de oposição e que pode ser indicado como o trabalho da *différance*.

Na complexidade destacada por Rapaport, está inclusa a aplicação da teoria (abarcando a semiótica, a teoria dos atos de fala, a narratologia, os estudos culturais, o *new historicism*, o pós-colonialismo e a desconstrução) ao estudo literário, voltado, agora, ao exame do que é fronteiro ao literário e ao extraliterário. Segundo o teórico, todos esses posicionamentos garantem que “a literatura ressurgirá de outro lugar, mas como algo diferente daquilo que inicialmente pensamos que ela fosse” (p. 39).

Se por um lado, há os que abominam essa nova forma de estudar a literatura, que se afasta do que é propriamente literário, por outro, há os que aí vêem o nascimento de algo verdadeiramente renovador e surpreendente, com a característica da hospitalidade inerente à literatura.

Rapaport, na esteira de Barthes e de Man, crê que nesse Outro que se manifestará é que está o novo para os estudos literários. Nesse novo está presente o monolingüismo destacado por Derrida (1998) como hospitaleiro à alteridade, preso à lógica do eterno retorno, no qual a diferença é reinscrita. Por mais que se deseje que desapareça, o monolingüismo retorna no plurilingüismo de sua destruição.

Para Derrida (1998), em seu retorno estratégico, o monolingüismo esquece o plurilingüismo, internalizando-o de tal forma que, quando alguém pensa ou fala, tem a impressão de que está empregando uma linguagem homogênea. É a “lei do monolingüismo”, em que se fala apenas uma língua, que jamais fala apenas uma língua.

Segundo Rapaport

(...) sem a ilusão das construções predominantemente monológicas, os povos, as culturas, as tradições ou as nações tornar-se-iam impensáveis – não apenas no sentido de que seriam inimagináveis, mas no sentido de que sem esse monolingüismo, que tem abrigado muitíssimo sob suas asas, o pensar como ato coletivo ou de arquivamento jamais aconteceria.. (RAPAPORT, 2003, p. 41)

Se por um lado, a hospitalidade está presente no texto literário, dando boas-vindas ao que é estrangeiro, por outro, a responsabilidade está incorporada à instituição. Em *O olho da universidade* (1999), Derrida destaca o termo responsabilidade, explorando, ao longo dessa obra, seus significados com o objetivo de construir e reconstruir a trajetória da universidade desde sua criação, assinalando que esta nasce marcada pela questão do princípio de razão, destacando Kant, que afirma que a Universidade deve “regular-se por uma ‘idéia de razão’, a de uma totalidade do saber presentemente ensinável” (DERRIDA, 1999, p. 130), e também Heidegger que, em relação ao apelo do princípio de razão, explora os significados desse apelo, deslizando entre exigência, pretensão, reivindicação, pedido, comando, convocação.

Para Derrida (1999), o termo responsabilidade deve compor o conceito de comunidade científica e de universidade que, por sua vez, deve permear cada frase de curso, cada ato de escrita, leitura ou interpretação, de forma clara, legível. Preso à noção de responsabilidade deve estar também o desempenho do intérprete (professor, aluno, pesquisador) que revela o modelo ou os vários modelos da comunidade em que está inserido, bem como sua responsabilidade, esteja ele consciente ou não.

O filósofo não restringe a instituição às paredes e estruturas exteriores, mas a estende à estrutura de nossa interpretação. Nesse sentido, o termo responsabilidade ultrapassa todos os limites. Pois, é preciso ter responsabilidade para questionar os fundamentos da universidade moderna e, para tanto, há “a necessidade de despertar ou de re-situar uma responsabilidade, na Universidade ou perante a Universidade, fazendo-se ou não parte dela” (DERRIDA, 1999, p.146). A responsabilidade também diz respeito a uma comunidade de pensamento que não terá nenhuma fronteira assegurada. Ele a denomina de “comunidade de pensamento no sentido amplo (*at large*), e não de pesquisa, ciência ou filosofia, visto que esses valores estão geralmente sujeitos à autoridade não-questionada do princípio de razão” (p.148).

Essa nova comunidade “interroga a essência da razão e do princípio de razão, os valores de fundamental, de principal, de radicalidade, da *arqué* em geral, e tenta tirar todas as conseqüências possíveis desse questionamento” (p. 148). Isso não implica o abandono da tradição, mas a inclusão do futuro, pois se essas novas responsabilidades, que não podem ser apenas acadêmicas,

“continuam sendo tão difíceis de assumir, precárias e ameaçadas, é porque devem, ao mesmo tempo, guardar a memória viva de uma tradição e abrir para além de um programa, ou seja, para aquilo que se chama o futuro” (p. 149).

Unir o futuro à tradição significa “preparar-se para transformar (...) os modos de escritura, a cena pedagógica, os procedimentos de colocação, a relação com as línguas, com as outras áreas, com a instituição em geral, com seu exterior e com seu interior” (p. 150). Por isso, Derrida ressalta que é necessária a provocação para o pensar que reúne “no mesmo instante o desejo de memória e a exposição de um futuro” (p. 156-157).

Para encerrar, enfatizo a necessidade de provocação para o pensar e para a transformação permeada de responsabilidade, retomando as questões colocadas por Derrida (1999): “... como não falar, hoje, da Universidade? (...). Terei dito como não se deveria falar, hoje, da Universidade? Ou terei falado como não se deveria fazê-lo, hoje, na Universidade? Somente outros poderiam dizê-lo, começando por vocês” (p. 157). E, acrescento, começando por nós.

DA SILVA, M. G. V. Literature and institution: sceneries of responsibility and hospitality. *Revista de Letras*, São Paulo, v.44, n.1, p. 66 - 76, 2004.

- *ABSTRACT: In this essay, the objective is to show some crucial moments related to the theme literature and institution to emphasize the effects and difficulties that resulted from the transformations occurred in the study of the institutionalized literature and also to encourage the reflection about those changes, highlighting the need for transformation and for provoking serious thinking about those alterations.*

- *KEYWORDS: literature; institution; transformation; reflection, hospitality, responsibility.*

Referências

DERRIDA, J. Donner la mort. In: RABATÉ, J.-M.; WETZEL, M. (Org.) *L'éthique du don: Jacques Derrida et la pensée du don*. Paris: Métallié, 1992, p. 11-108.

_____. *Monolingualism of the Other*. California: Stanford University Press, 1998.

_____. *O olho da universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

_____. *Demeure: Fiction and Testimony*. Standford, California: Standford University Press, 2000.

_____. Entrevista . *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 27 maio 2001. Mais!, p. 12-16.

EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LIMA, L. C. O comparativismo hoje. In: CONGRESSO ABRALIC, 5, 1996, Rio de Janeiro. *Anais - Cânones & Contextos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, v. 1, p. 81-84.

NASCIMENTO, E. A máquina de guerra discursiva. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 3 set. 2000. Mais!, p. 30-31.

PERRONE-MOISÉS, L. *Falência da crítica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

_____. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 196-197.

_____. Em defesa da literatura. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 jun. 2000. Mais!, p. 12-13.

_____. + Personagem. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 de set. 2001. Mais!, p. 3.

RAPAPORT, H. *Later Derrida – Reading the recent work*. New York/London: Routledge, 2003.

SOUZA, E. M. de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.